

BOLETIM DO NÚCLEO
CULTURAL DA HORTA

UM ANO APÓS A “PRIMAVERA ÁRABE”: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA NO GRANDE MÉDIO ORIENTE*

ANA SANTOS PINTO

Desde Dezembro de 2010 que a região do Grande Médio Oriente (que inclui o Norte de África e Médio Oriente) tem sido alvo de importantes movimentos de contestação popular – que originaram a queda dos líderes autoritários da Tunísia, Egito, Líbia e Iémen –, num fenómeno sociopolítico vulgarmente designado por *Primavera Árabe*.

Para muitos, os desenvolvimentos que desde então marcaram a região, constituíram uma surpresa. Desde a década de 1980 que o mundo assistiu a um conjunto de processos de transformação política, orientados para a promoção de regimes democráticos, aos quais os países árabes pareciam imunes. Em resposta às exigências de maior participação e responsabilização, os regimes do Médio Oriente alertavam para a ameaça da radicalização e do islamismo político – exemplificando com os casos do Irão (1979) e Argélia (1991) –, adiando qualquer iniciativa de abertura e reforma. De acordo com o académico norte-americano Daniel Brumberg, o Médio Oriente estaria dominado por autocracias liberais por existir “um conjunto de factores institucionais, ideológicos, sociais e geoestratégicos interdependentes que criam uma ecologia adaptável à repressão, controlo e abertura parcial” (Brumberg, 2002, p. 57). É neste contexto que podemos encontrar as origens das contestações na região.

Ao longo da última década, os regimes autoritários do Norte de África e Médio Oriente reagiram às pressões de reformas internas através de uma crescente repressão e condicionamento da atividade política, ao mesmo tempo que resistiam às pressões externas de democratização (exercidas, essencialmente, pela União Europeia e os Estados Unidos) através da promoção de alterações políticas cosméticas. Esta incoerência de ação acabou por expor um conjunto de vulnerabilidades dos regimes, que conquistavam apoio internacional

* Texto da conferência proferida na cidade da Horta na sessão de lançamento do n.º 20 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, no dia 14 de Outubro de 2011.

através da garantia de estabilidade regional. Isto porque quando os sistemas autocráticos sofrem pressões artificiais – normalmente de ordem externa – tendem a tornar-se mais frágeis perante contestações internas, em virtude dos riscos e tensões que acumulam. Estes, quando não resolvidos e, pelo contrário, agravados – em virtude de ações repressão tendo em vista a garantia da estabilidade regional – adquirem dimensões e formas imprevisíveis (Taleb e Blyth, 2011, p. 33).

É neste ambiente geopolítico que surgem os acontecimentos da designada *Primavera Árabe*. Porém, consideramos que uma análise dos recentes processos de contestação, através de um conceito aglutinador, poderá limitar a compreensão dos mesmos, tendo em conta as especificidades de cada caso (Tunísia, Egito, Iémen e Líbia¹) e as suas potencialidades de desenvolvimento futuro. Por outro lado, em nosso entender, não é possível identificar uma verdadeira alteração de paradigma² – aqui entendido enquanto mudança radical nas estruturas de interpretação –, mas sim um processo de transformação política em curso que, dependendo dos casos, poderá significar um regresso ao autoritarismo (regime anterior à contestação) ou uma verdadeira alteração de regime.

De acordo com Stephanie Lawson, o conceito de regime político assenta na definição da forma de organização “formal e informal do centro do poder político, e da sua relação com a sociedade”. Ou seja, a tipologia de regime (democrático ou autocrático) determina quem tem acesso ao poder político, e como aqueles que detêm o poder se relacionam com os que a ele não têm acesso (Lawson, 1993, p. 185). Dito de outra forma, o regime político consiste na relação entre a comunidade política (a sociedade) e as autoridades (aqueles que detêm o poder), assente num conjunto de regras, procedimentos e percepções sobre a forma de governação e participação política. O regime político é, assim, caracterizado pela relação entre governantes e governados,

¹ Na seleção dos casos em análise optou-se por incluir apenas aqueles em que se verificou, até à data de conclusão do presente artigo, uma alteração da liderança política (pelo que casos como o Bahrein ou a Síria não são incluídos).

² O conceito de ‘mudança de paradigma’ é, neste artigo, utilizado tal como definido por Thomas Kuhn na obra *The Structure of Scientific Revolution* (1969). O autor argumenta que, na ciência, o progresso ocorre através de mudanças radicais das estruturas de interpretação – os paradigmas –, sendo que essas alterações são incomensuráveis já que a nova estrutura de significado não pode ser interpretada à luz da sua antecessora. Ou seja, uma mudança de paradigma significa uma alteração nos termos com que entendemos a realidade.

pelo modelo de divisão dos três poderes do Estado (executivo, legislativo e judicial)³, pela organização das instituições políticas e pelo quadro normativo e instrumentos de participação política acessíveis aos cidadãos.

Considerando este conceito, e atendendo aos desenvolvimentos nos diversos casos em análise, é difícil aferir se estamos, efetivamente, perante uma verdadeira alteração de regimes políticos no Norte de África e Médio Oriente. Com exceção da Tunísia, como veremos adiante, os restantes Estados permanecem num contexto de profunda tensão e instabilidade, sendo que as instituições que assumem o poder o fazem de acordo com as regras vigentes no anterior regime.

Em face da complexidade da matéria em apreço, e visando um modesto contributo para a melhor compreensão da mesma, este artigo visa analisar os mais recentes desenvolvimentos políticos nos países afectados pelo processo da *Primavera Árabe*, procurando identificar as semelhanças e destacar as especificidades de cada caso. Num primeiro momento, analisaremos o conceito de ‘Primavera Árabe’ e as razões contextuais na sua origem, prosseguindo com uma análise caso a caso dos desenvolvimentos nos países diretamente afectados (Tunísia, Egito, Líbia e Iémen) e concluindo com algumas perspectivas sobre progressos futuros.

DIMENSÃO CONTEXTUAL

A definição de fenómenos sociais complexos sob um mesmo ‘rótulo’ conceptual visa uma mais fácil compreensão da realidade. Porém, esta simplificação tende a originar erros de análise, já que promove uma homogeneização de conceitos multidimensionais, mesmo que aparentemente idênticos.

A aplicação do conceito unificado de ‘Primavera Árabe’⁴ visa identificar um conjunto de protestos, manifestações e demonstrações populares em diversos Estados árabes, promovidos por grupos de indivíduos, na maioria jovens e sem liderança definida, usando, na generalidade, técnicas não violentas.

Existem, naturalmente, elementos de semelhança nos diversos Estados afectados pela *Primavera Árabe*: tratam-se de regimes autoritários, corruptos e

³ Tal como definidos por Montesquieu no “Espírito das Leis” (1748). Cf. Charles de Montesquieu, *De l’esprit des lois*, Paris, Garnier-Flammarion, cop., 2 vols., 1979.

⁴ Também designado por ‘Despertar Árabe’ ou ‘Revoltas Árabes’.

repressivos, com uma população maioritariamente jovem e elevados níveis de pobreza e desemprego. Apesar da surpresa de boa parte da comunidade internacional, durante as últimas décadas os factores políticos e económicos dominavam a narrativa dos movimentos de contestação aos regimes no poder, que assumiam formas mais ou menos organizadas.

Na dimensão política, existem três elementos comuns aos diversos regimes na região. Em primeiro lugar, a opção pela repressão e desprezo, por parte dos regimes autoritários, pelas exigências populares de maior abertura política. Apesar da variação de intensidade, todos os regimes reagiram de forma mais ou menos violenta aos movimentos de contestação, desvalorizando a perseverança e capacidade de mobilização dos manifestantes para ações concretas. Podemos argumentar, tendo em conta os casos em apreço, que a intensidade na utilização de uma resposta violenta é inversamente proporcional aos progressos alcançados no sentido da liberalização política. Dito de outra forma, um regime que tenha adoptado, nas últimas décadas, instrumentos de liberalização política – como a Tunísia, Egito, Marrocos, Jordânia e Argélia – tenderá a responder com menor violência às contestações do que aqueles que não o fizeram – como a Líbia e a Síria.

A aplicação de instrumentos de liberalização política consiste na “expansão do espaço público através do reconhecimento e proteção de liberdades civis e políticas, em particular aquelas que permitam aos cidadãos envolver-se no discurso político e proteção de interesses comuns” (Brynen, Korany e Noble, 1995, p. 3). No que concerne a alguns dos regimes do Norte de África e Médio Oriente, tal tem vindo a ser desenvolvido através da promoção de mecanismos de liberalização parcial, como a criação de partidos políticos (com acesso a eleições profundamente limitado) e um gradual acréscimo da liberdade de expressão e imprensa (em que o recurso aos novos *media* e tecnologias de informação, bem como à televisão satélite – como a Al Jazeera – desempenham um papel fundamental).

A prossecução destes instrumentos origina um segundo elemento comum aos regimes na região: a incoerência nos discursos de auto-legitimação. Isto porque, por um lado, os regimes têm promovido concessões, na sua maioria retóricas, no sentido da abertura política, mas ao mesmo tempo mantêm a recusa de participação da generalidade dos cidadãos. Desta forma, o processo de decisão política – tal como económica – mantém-se na esfera das elites próximas ao regime, sustentadas por mecanismos de corrupção e ausência de um sistema judicial independente e eficaz.

A legitimidade dos Estados árabes autoritários está relacionada com sua capacidade de proporcionar, por um lado, estabilidade regional e, por outro, benefícios sociais e bem-estar às populações. Sendo, na sua maioria, Estados centralizados, tendem a basear-se num forte crescimento do Estado – fundamental para a promoção de emprego –, através de políticas sociais populistas. Por outro lado, a legitimidade dos Estados produtores de petróleo (*rentier states*) assenta no fornecimento subsídios e benefícios em troca de baixas exigências políticas pela população. Em ambos os casos, estão praticamente ausentes os mecanismos de expressão de tensões, fundamentais para aliviar a pressão interna ao regime em momentos de intensa contestação.

Finalmente, uma terceira característica consiste no apoio da comunidade Ocidental aos regimes autoritários, por receio da instabilidade regional provocada pelo radicalismo islâmico, terrorismo ou fluxos migratórios descontrolados. Os regimes do Grande Médio Oriente têm baseado a sua retórica internacional nos esforços para garantia da estabilidade regional, por oposição aos riscos e ameaças identificados, ao que o Ocidente tem acedido através da aceitação de regimes autoritários e repressivos. Na verdade, a prometida promoção da estabilidade por imperativos de segurança regional resultou num acréscimo dos mecanismos de repressão, perante o confronto com a contestação popular, e conseqüente eclosão de novos focos de tensão.

Mas para além do contexto político, é importante considerar igualmente a dimensão económica. Neste sentido, um dos elementos que nos poderá ajudar a compreender o *timing* dos movimentos de contestação social e política, no final de 2010, é a crise global que originou um significativo aumento dos preços dos alimentos e dos recursos energéticos. Em 2008 tinha-se já verificado uma crise no preço dos alimentos, causada pela subida do preço do petróleo (sendo que a agricultura é um consumidor intensivo de energia), bem como pela especulação do preço das mercadorias, a seca em alguns dos países produtores (como a Rússia e a Austrália), o aumento das exigências de importação da China e da Índia e a expansão repentina da produção de biocombustível, em particular nos Estados Unidos e no Brasil. Esta crise, com impacto direto nas populações que já viviam no limiar da pobreza, foi agravada por um novo aumento do preço dos cereais, em 2010, justificado pelas causas já identificadas às quais acresce, pela primeira vez, um indicador de redução das colheitas em resultado das alterações climáticas (Joffe, 2011, pp. 87-90).

Para além desta dimensão, é ainda importante considerar as elevadas taxas de desemprego nos países da região, com valores que rondam os 10% a 20%,

que afectam, em particular, as camadas mais jovens. Acresce que menos de 50% da população em idade ativa se encontra inserida no mercado de trabalho (Abdih, 2011), em resultado da incapacidade de absorção pelo mercado e da baixa inserção das mulheres em atividades profissionais. Para este cenário sócio-económico contribui ainda a estrutura demográfica, comum aos países da região. Com um número de nascimentos médios por mulher de 2,8⁵, em cada cinco habitantes do Grande Médio Oriente tem idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (Assaad e Roudi-Fahimi, 2007). Como resultado das políticas educativas da última década, os jovens tem um nível de instrução cada vez mais alto, em muitos casos de grau superior, e um crescente acesso aos instrumentos das novas tecnologias de informação, como consequência do processo de globalização do consumo. Tudo isto contribui para um aumento das expectativas face ao contexto de desenvolvimento social e económico que, quando não cumpridas ou compensadas pelo Estado através do recurso a subvenções (apenas possível em economias assentes na exploração intensiva de recursos energéticos, como a Arábia Saudita e restantes países do Golfo), resulta num acréscimo das tensões sociais e políticas.

Finalmente, no que concerne à dimensão económica, não podemos ignorar o fracasso do modelo de desenvolvimento assumido pelas Organizações Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ou a própria União Europeia. Trata-se da promoção de um desenvolvimento económico assente em princípios neoliberais, conforme acordado no Consenso de Washington (em 1989), que resulta em melhorias macroeconómicas (ex.: balança comercial) mas não ao nível microeconómico (ex.: pobreza e desemprego). Isto significa que os problemas estruturais das economias do Norte de África e Médio Oriente mantêm-se, tendo mesmo vindo a agravar-se na última década em virtude da incapacidade de adaptação ao mercado global. Como resultado, os indicadores de pobreza e insatisfação económica são permanentes e provocam um crescente sentimento de rejeição política e acréscimo dos fluxos migratórios para economias mais desenvolvidas.

⁵ Dados da Organização das Nações Unidas para 2010. Cf. UN Data – Total fertility rate (TFR), disponível em <http://data.un.org/Data.aspx?d=SOWC&f=inID%3A127> (acedido a 16 de Março de 2010).

PRIMAVERA(S) ÁRABE(S)?

Sendo certo que existem diversas semelhanças contextuais nos casos em análise, conforme exposto, é importante destacar as especificidades de cada sistema político e das suas características sociais, por forma a melhor compreender os desenvolvimentos ocorridos no último ano, bem como as potencialidades de progressos futuros.

A Tunísia, considerada pela União Europeia como um ‘bom aluno’ do Sul do Mediterrâneo, constituiu o surpreendente elemento catalisador do fenómeno da *Primavera Árabe*. O dramático autossacrifício – através da imolação pelo fogo – do jovem Mohamed Bouazizi, em protesto contra as condutas de abuso de poder e corrupção cometidas pelos representantes da autarquia onde vivia, provocou uma onda de solidariedade e contestação em todo o país, que posteriormente se estendeu além fronteiras.

Recorde-se que a Tunísia, até 2011, havia conhecido apenas dois governantes: Habib Bourguiba (1956-1987) e Zine el-Abidine Ben Ali (1987-2011)⁶. Durante o regime de Bourguiba, o país passou por um processo de modernização assente na secularização, promoção da educação, liberdade de imprensa e reforma do Código do Estatuto Pessoal, este último concedendo importantes direitos às mulheres. A vida política tunisina era dominada por um sistema de partido único, tendo sido consagrado, nos últimos anos, o multipartidarismo, embora de carácter meramente formal já que não existia uma prática de competição eleitoral.

Até ao momento da revolta era praticamente consensual, pelo menos externamente, que Ben Ali detinha um controlo apertado do regime, em que os serviços de segurança ocupavam um papel central, pelo que este seria pouco vulnerável a pressões internas. Tratava-se de um regime fortemente personalizado e corrupto, com uma escassa consagração real de direitos civis e políticos. A Câmara dos Deputados tinha um papel meramente consultivo e o poder judicial era pouco independente, pelo que as decisões eram centralizadas no presidente e nas elites que o rodeavam, que promoviam lógicas clientelares como forma de manutenção do sistema.

Do ponto de vista estrutural, a Tunísia tinha – e mantém – graves problemas políticos, económicos e sociais. É, porém, de todos os casos em apreço, aquele que apresenta melhores perspectivas de desenvolvimento no sentido da cria-

⁶ Ben Ali destituiu Bourguiba através de um golpe de Estado.

ção de um regime assente em princípios democráticos. Desde logo, porque as eleições realizadas a 23 de Outubro de 2011 decorreram de forma tranquila e, apesar dos receios da comunidade internacional, a vitória do partido *Ennahda* (de base islamista, que conquistou venceu 89 dos 217 lugares no Parlamento), não tem constituído um obstáculo à prossecução dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Para além disso, as novas autoridades tunisinas têm revelado uma firme intenção de aproximação à União Europeia – um importante mecanismo de inserção internacional – tendo já recorrido aos instrumentos de apoio europeus – sujeitos aos mecanismos de condicionalidade política⁷ – bem como negociado um plano de desenvolvimento económico para 2012-2016 e aderido ao *Diálogo para as Migrações, Mobilidade e Segurança*. Esta dimensão internacional do processo de transição política pode revelar-se fundamental não só para a afirmação de um quadro normativo democrático, mas também para a presença da União Europeia na região enquanto elemento estabilizador.

Já no Egito, os movimentos de contestação não constituem novidade. Em 2004 e 2005 foram organizados os protestos que ficaram conhecidos por *Kefaya* (Basta!) e, em 2008, ocorreram novas contestações, desta vez contra a situação de precariedade dos trabalhadores da indústria têxtil. Porém, é importante salientar que a maioria destes protestos ocorreu nos grandes centros urbanos (Cairo e Alexandria) e têm pouca expressão na zona interior do território. Em todos os casos, o regime foi eficaz no controlo das manifestações, através da utilização de instrumentos repressivos. Às práticas brutais do Governo – que, na prática, concentrava o poder legislativo e executivo – acrescem a corrupção generalizada e as limitações à liberdade de expressão, que originou a alienação e frustração de muitos egípcios.

Do ponto de vista político, e para além dos elementos comuns a outros regimes da região, o Egito vivia um momento particular com a possibilidade de sucessão do Presidente Mubarak. Neste sentido, as eleições presidenciais realizadas em 2010 adquirem uma importância central. O governo foi acusado, pelos movimentos da oposição, de manipular os resultados eleitorais, que determinaram o monopólio do Partido Nacional Democrático (PND) no Parlamento, o que, na prática, significava a capacidade de escolher o próximo presidente do país. Este resultado facilitava a candidatura de Gamal Mubarak,

⁷ Isto é, a sujeição da aplicação de instrumentos financeiros ao cumprimento de princípios de boa governação.

filho do então presidente egípcio, às eleições presidenciais agendadas para 2011. Porém, as elites militares egípcias não estavam de acordo com a escolha de Gamal Mubarak para a Presidência, preferindo a eleição de um militar mais experiente. Esta poderá ser a explicação para o apoio inicial do Exército egípcio às reivindicações populares na Praça Tahrir, centro das ações de contestação, numa dinâmica de forças entretanto alterada.

Um ano após a queda de Mubarak, o Egito permanece num clima de enorme tensão e incerteza, agravado pela manutenção do Conselho Supremo das Forças Armadas indicado para suceder ao Presidente Mubarak na chefia do país. Os movimentos de oposição – atualmente liderados pelo Partido da Justiça e Desenvolvimento, o braço político da Irmandade Muçulmana – contestam os atrasos na transição do poder militar para a esfera civil, bem como as polémicas decisões de afastamento de alguns dos candidatos às eleições presidenciais (a realizar em Maio de 2012).

Ao contrário dos exemplos anteriores, o Iémen é um país de frágeis estruturas políticas, assente em divisões tribais e instáveis linhas de fronteira. A formação política atual no Iémen resulta da fusão dos territórios do Norte e do Sul, que ocorreu em 1990, sendo seguida por um período de guerra civil. Desde então o país nunca conquistou sólidos índices de estabilidade, numa situação agravada pela rebelião Houthi no norte, um movimento separatista no sul, e as operações al-Qaeda no sudeste.

Neste contexto, os movimentos de contestação não constituem surpresa no Iémen. Tal como noutros exemplos regionais, o regime era controlado pelo Presidente Saleh e pela família, através de práticas repressivas e da promoção de redes clientelares e corrupção. O Presidente, que centralizava o processo decisório, demonstrou ser incapaz de promover a estabilidade interna, bem como garantir o exercício do poder soberano na totalidade do território, como demonstra a permeabilidade às ações da al-Qaeda. Apesar da destituição do Presidente Saleh, já em 2012, com base num acordo alcançado pelos países do Golfo, permanece a contestação interna ao regime, exigindo a alteração da Constituição, a consagração de direitos civis e políticos e a promoção de instrumentos democráticos.

Finalmente, uma palavra sobre a Líbia que apresenta, por diversas razões, um quadro distinto da caracterização geral da designada ‘Primavera Árabe’. Em primeiro lugar, e em contraste com os exemplos anteriores bem como com as características comuns a muitos dos regimes da região, a Líbia era um país com um elevado índice de desenvolvimento humano, em boa medida devido

às receitas oriundas dos recursos energéticos de que dispõe. Em segundo lugar, a singularidade do sistema político adoptado, já que se trata de um regime autoritário sem antecedentes de liberalização política. O regime líbio, conceptualizado e construído por Muammar Khadafi, assenta na *Jamahiriyah*, ou seja, numa “república de massas”. Em teoria trata-se de um regime de democracia directa, com base nos Conselhos Populares (de carácter local e regional), o que resulta na inexistência de partidos políticos ou de uma estrutura institucional, conforme entendida pelo Estado moderno. Em terceiro lugar, e decorrente da razão anterior, porque na Líbia não existia uma estrutura sociopolítica que permitisse uma substituição do regime, que não pela força – o que levou à intervenção militar internacional no território com o objectivo de protecção de civis.

A manutenção de Muammar Khadafi enquanto líder da revolução e, portanto, do Estado, decorria, em boa medida, das alianças realizadas com os diversos líderes tribais do país, do controlo da exploração dos recursos energéticos – que permitiam a gestão do património e recompensa financeira pelas lealdades – e da repressão de qualquer movimento de oposição. Isto, aliado à inexistência de partidos políticos e mecanismos representativos, resultou numa sociedade civil profundamente fragilizada e desestruturada. Trata-se de uma sociedade etnicamente heterógena, assente num sistema tribal, e dividida entre três regiões com tradições históricas e culturais distintas: Cyrenaica, Tripolitania e região Sul. Todos estes factores, aliados aos índices de violência que se mantêm após o fim da guerra civil (e demonstrados através do assassinato de Muammar Khadafi) e à inexistência de um poder judicial, legislativo e executivo em aplicação em todo o território, é possível argumentar que a resolução do conflito na Líbia e o desenvolvimento de um processo de transição política está longe de ser concluído.

QUE FUTURO?

Um ano após o início do processo político da designada *Primavera Árabe*, os elementos de incerteza e instabilidade na região permanecem. Os processos de transformação estão em curso nos países em que se verificou uma alteração da liderança política, através da realização ou programação de atos eleitorais, bem como da promoção de processos de adaptação ou criação de novos textos constitucionais.

Um primeiro elemento parece surgir com clareza: a afirmação de movimentos políticos alternativos, na sua maioria com uma base ideológica que une os princípios religiosos do Islão às regras de organização política da sociedade, isto é o designado Islão Político. Esta parece ser, aliás, uma das primeiras lições a assumir pelo Ocidente: dispor da capacidade de se relacionar com atores locais que desconhece. Em grande medida, isto decorre do facto dos atores internacionais terem, nas últimas décadas, privilegiado as relações com os representantes do regime ou das elites que o compunham, estabelecendo um contacto limitado com forças locais alternativas, com exceção daquelas que se encontram no exterior. Isto significa que, apesar dos mecanismos de cooperação política que foram desenvolvendo ao longo das últimas décadas – designadamente através do apoio a Organizações não-governamentais e movimentos de apoio à democracia –, os Estados Ocidentais, e nomeadamente os Estados Unidos e a União Europeia, não dispõem de capacidade de influência face às dinâmicas internas das sociedades do Norte de África e Médio Oriente. Ou seja, podem ajudar a acelerar ou abrandar as dinâmicas de contestação e mudança, mas não conseguem determinar os resultados finais. Tal ficou evidente, em particular, no caso da Líbia. Será, porém, importante que os atores externos promovam a indispensável mediação e pacificação das forças locais em contenda, evitando potenciais fragmentações internas que podem levar à desagregação dos Estados.

É, também, fundamental considerar o papel que outros poderes internacionais, designadamente a Turquia, Rússia e a China, possam vir a desempenhar na região. Não só pela capacidade de exportação de modelos políticos (no caso turco), mas também pelo desenvolvimento de novas relações de influência, determinantes para os interesses de estabilidade e segurança na região.

Um outro elemento a ter em consideração é a durabilidade do processo político. Após um momento de intensa contestação – que em alguns casos ainda não terminou –, as sociedades terão de promover um conjunto de dinâmicas de transformação política, no sentido da construção de novas instituições, que se esperam democráticas. Porém, não se deve esperar que a consolidação dos novos regimes surja num curto prazo. Os exemplos históricos de processos de transição para a democracia mostram que existem, ao longo do tempo, avanços e recuos, numa cronologia que tende a ser longa. Para além disso, será natural que os novos regimes por vezes rejeitem o apoio externo – designadamente Ocidental – tendo em conta as pressões de legitimação interna a que estão sujeitos, bem como a necessidade de afirmação de interesses nacionais.

Apesar da importância do apoio internacional, é fundamental que os processos de mudança política mantenham as dinâmicas nacionais, promovendo o reconhecimento e legitimação dos atores locais, sob pena de fracassarem perante desafios futuros. Entre eles destaca-se a urgente necessidade de recuperação económica da maioria dos Estados na região, que padecem de problemas estruturais e incapacidade de competir numa lógica de mercado global. A resposta a este desafio será longa e exigirá um forte empenho, político e económico, da comunidade internacional, sob pena das expectativas criadas nas populações locais fracassarem e regressarem movimentos de contestação reforçados.

A imunidade do Grande Médio Oriente face às transições democráticas permanece por esclarecer. Sendo certo que, um ano após o início das revoltas, são escassos os indicadores de transição política – aqui entendido enquanto alteração substantiva de regime –, não podemos negar que a capacidade de mobilização e exportação dos movimentos de contestação constitui uma importante alteração no *status quo* da região. A perseverança daqueles que, mesmo sujeitos a violentas ações de repressão, mantêm a vontade de lutar por uma maior participação política e melhoria das condições de vida, demonstra a existência de uma sociedade civil de enorme potencial no Norte de África e Médio Oriente. É necessário acreditar neste potencial e criar o espaço necessário para que as populações locais assumam as rédeas dos seus próprios destinos, com apoio mas autonomia de ação. Só desta forma será possível alcançar um cenário de desenvolvimento e estabilidade consolidados na região, fundamental aos Estados que a compõem mas também à segurança europeia e internacional.

BIBLIOGRAFIA

- ABDIH, Y. (2011), “Closing the Jobs Gap”, in *Finance & Development*, Vol. 48, n.º 2. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2011/06/abdi.htm> (acedido a 5 de Março de 2012).
- ASSAAD, R. e ROUDI-FAHIMI, F. (2007), *Youth In The Middle East And North Africa: Demographic Opportunity Or Challenge?*, Washington, Population Reference Bureau. Disponível em www.prb.org/pdf07/youthinmena.pdf (acedido a 5 de Março de 2012).
- BRUMBERG, D. (2002), *The Trap of Liberalized Autocracy Journal of Democracy*, Vol. 13, Number 4, October 2002, pp. 56-68.

- BRYNEN, Rex; KORANY, Bahgat e NOBLE, Paul (Eds.) (1995), *Political Liberalization and Democratization in the Arab World: Theoretical Perspectives*, Vol. 1, Boulder Col., Lynne Rienner Publishers.
- JOFFE, G. (2011), “A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro”, in *Relações Internacionais*, n.º 30, pp. 085-116.
- KUHN, T. (1970), *The structure of scientific revolutions*, 2.^a ed., London, University of Chicago Press.
- LAWSON, S. (1993), “Conceptual Issues in the Comparative Study of Regime Change and Democratization”, *Comparative Politics* 25(2), pp. 183-205.
- MONTESQUIEU, Charles de (1979), *De l'esprit des lois*, Paris, Garnier-Flammarion, cop. 2.
- TALEB, N. e BLYTH, M. (2011), “The Black Swan of Cairo: How Suppressing Volatility Makes the World Less Predictable and More Dangerous”, in *Foreign Affairs*, Vol. 90 (3), Maio/Junho 2011, p. 33.